

12 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

AUGUSTO DÊ ARRUDA BOTELHO

Advogado criminalista, ex-presidente e conselheiro do Instituto de Defesa do Direito de Defesa

A essência da Justiça

E se esses diálogos fossem entre o juiz e a defesa?

A imagem é conhecida. Têmis, a deusa da Justiça na mitologia grega, com uma balança nas mãos e venda nos olhos. A representação é uma das maiores garantias conferidas aos cidadãos contra eventuais arbítrios do poder público. O pilar de qualquer Justiça que se pretenda dentro dos limites do Estado democrático de Direito é, além de praticar uma justiça justa, ser, acima de tudo, absolutamente imparcial.

Em nosso sistema legal, o Poder Judiciário se sustenta naquilo que chamamos de “tripé da Justiça”, formado por juiz, membro do Ministério Público (MP) e advogado. MP e defesa são as partes em um processo. Na imensa maioria dos casos criminais, são partes com pedidos diametralmente opostos, inclusive. De um lado, o órgão acusador requerendo a condenação de alguém; e, do outro, o seu advogado pleiteando a absolvição.

Cabe ao juiz, de forma imparcial e analisando tanto as provas produzidas no processo quanto os argumentos das duas partes, sentenciar e definir a liberdade de um réu.

A partir do momento em que o juiz e o Ministério Público traçam juntos estratégias de um processo, este deixa de ser um instrumento para se descobrir a verdade e passa a ser tão somente a instrumentaliza-

ção da vontade de uma das partes.

A divulgação das conversas entre procuradores da Lava Lato e o então juiz Sergio Moro é o maior escândalo da história do Poder Judiciário em nosso país. Pelo Código de Processo Penal, várias fases da operação poderão ser anuladas e as condenações, revistas.

Os trechos das conversas já divulgados —cujo teor não foi refutado pelas partes afetadas pelo vazamento— demonstram mais do que uma proximidade entre juiz e acusação: revelam alguém que esta prestes a julgar um pedido dando sugestões de como este pedido deverá ser feito.

Em outro trecho dos diálogos é possível ver com clareza um juiz informando uma das partes sobre um fato que teve conhecimento e que tal informação poderia auxiliar o Ministério Público nas investigações. O juiz, ciente da gravidade do pedido, ainda faz uma observação para manter o assunto “reservado”. Percebam a completa distorção do caráter igualitário e imparcial que a Justiça deve ter: um juiz, que legalmente não pode sequer investigar, recebe uma informação e entrega para uma das partes checar o fato. Mas não um fato qualquer ou algo corriqueiro que todo cidadão zeloso quer que uma autoridade investigue —estamos falando de um fa-

to que esse próprio magistrado pode, futuramente, julgar!

A proximidade e a completa inversão de papéis vão além quando, em dado momento das conversas, um procurador da República avisa o juiz da causa que um pedido foi feito no processo, mas que ele poderia “ficar à vontade” para negar o pedido. Mais adiante o juiz responde —como se o contato prévio entre as partes fosse algo comum— da seguinte forma: “Blz, tranquilo, ainda estou preparando a decisão, mas a tendência é indeferir mesmo”. Tal trecho mostra não apenas a evidente perda de parcialidade do magistrado, mas sim um juiz antecipando a decisão que terá em breve para uma das partes de um processo. A balança da Justiça, nesse caso, certamente pendeu para um lado.

Como dito acima, os fatos trazidos pelo site The Intercept, que ainda promete revelar novos diálogos, são de extrema gravidade. Colocam em risco uma operação policial que, apesar dos evidentes abusos cometidos ao longo dos anos, se mostrou reveladora de um sistema de corrupção endêmico em nosso país.

Os personagens dos vazamentos merecem ter a seu lado a presunção de inocência e todas as garantias legais a seu dispor, apesar de por muitas vezes terem ignorado essas mesmas garantias sob o messiânico discurso de combate à corrupção.

Os fatos são muito graves e merecem uma rápida, exemplar e isenta investigação. E se você ainda não percebeu a gravidade do que está acontecendo, convide a fazer um breve exercício. Pegue todas as conversas divulgadas e troque um dos interlocutores: em vez de um diálogo entre juiz e membros do Ministério Público, uma troca de mensagens entre juiz e um grupo de advogados de uma grande construtora.

Agora ficou grave o suficiente?

12 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

Mesmo sem perícia, Supremo pode usar conversas de Moro

Réus têm possibilidade de se beneficiar de provas
obtidas de modo ilícito

Felipe Bächtold

SÃO PAULO Os diálogos publicados pelo site The Intercept Brasil que mostram colaboração entre o ex-juiz Sergio Moro e o procurador Deltan Dallagnol podem ser usados para anular casos da Lava Jato mesmo que os arquivos eletrônicos não sejam analisados por peritos que avaliem sua autenticidade.

Para advogados e professores, a maneira como o atual ministro da Justiça e o procurador reagiram à divulgação das conversas, sem contestar o teor das afirmações e defendendo o comportamento adotado na época, aponta que o conteúdo é fidedigno e que ele pode servir de base para reverter decisões da Lava Jato, por exemplo, contra o ex-presidente Lula.

Por esse raciocínio, o fato de o material ter sido provavelmente obtido por meio de um crime faz com que ele não tenha como ser utilizado para acusar um suspeito, mas possa servir para absolver um acusado.

Nesta terça (11), o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Gilmar Mendes afirmou

que “não necessariamente” os vazamentos divulgados pelo site anulam provas que venham a ser produzidas a partir deles.

“Porque se amanhã [uma pessoa] tiver sido alvo de condenação por exemplo por assassinato, e aí se descobrir por prova ilegal que ela não é autor do crime, se diz que em geral essa prova é válida”, declarou.

À tarde, em sessão, ele disse também que “juiz não pode ser chefe de força-tarefa”.

Nos bastidores do Supremo, a opinião de Gilmar é acompanhada por ao menos outros 2 dos 11 ministros na corte.

Para a professora de direito constitucional da FGV (Fundação Getulio Vargas) Eloísa Machado de Almeida, a reação da força-tarefa e de Moro em notas oficiais, “corroboram o conteúdo, ainda que parcialmente, dessas conversas”.

“O que se mostra até agora é que eles não estão colocando em xeque a veracidade das informações, mas a origem ilícita [dos arquivos].”

Por enquanto, não há arquivo a ser periciado. A PF tem investigação em andamento sobre ataques de hackers a autoridades. O site The Intercept Brasil afirma que recebeu as

conversas de uma fonte e que respeitará o direito ao sigilo.

Para Eloísa Machado, existe a possibilidade de o Supremo julgar a validade do uso dos diálogos a favor de Lula já na sessão do próximo dia 25, data em que está marcada a análise de um pedido de suspeição contra Moro.

A corte pode reconhecer sem provocação a defesa, que houve uma irregularidade no processo. “É um debate jurídico que não é simples.”

Para o professor de direito da USP Gustavo Badaró, se for para beneficiar os réus, pode ser que o tribunal “entenda que bastam essas provas sem uma negação veemente da autenticidade delas pelo Ministério Público”.

“É uma questão de convencimento. É como ter um documento assinado, sem reconhecimento de firma, em que a pessoa não negou que é dele”, diz o professor, que tem clientes na Lava Jato.

O caso de Lula tem mais chances de prosperar porque, nas conversas reveladas pelo site até agora, há mais elementos que sugerem atuação irregular de Moro e Deltan na investigação. O ex-juiz da Lava Jato chegou a sugerir ao procurador, em 2015, a apuração de uma pista contra o petista.

CONTINUA

12 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Além disso, o magistrado possivelmente aconselha a antecipação de operação na qual houve busca e apreensão no apartamento do ex-presidente.

Um outro preso da Lava Jato mencionado nos diálogos é o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto. Moro, mostrou a reportagem do The Intercept Brasil, fala em agilizar o julgamento na segunda instância do ex-tesoureiro.

Os indícios de suposta atuação combinada e direcionada contra Lula devem ser usados por defesas de outros alvos da Lava Jato. É possível que os pedidos sejam apreciados caso a caso e em diferentes instâncias do Judiciário. As defesas podem pedir habeas corpus argumentando nulidade dos casos.

O advogado Roberto Podval, que defende José Dirceu, ex-ministro que voltou a ser detido em maio, diz que não há dúvida da veracidade das mensagens e que todas as condenações com "tendência política e parcial" precisam ser revistas.

Colaborou Ricardo della Coletta,
de Brasília

Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada"

Moro, pede pra sair

Permanência do doutor no governo ofende a moral, o bom senso e a lei da gravidade

As conversas impróprias de Sergio Moro com o procurador Deltan Dallagnol enodaram a Lava Jato e fragilizaram a condenação imposta a Lula pelo triplex de Guarujá (SP).

Se isso fosse pouco, a postura arrogante do ministro da Justiça nas horas seguintes às revelações do site The Intercept Brasil obriga muitos daqueles que gostariam de defendê-lo a ficar no papel de bobos: "Basta ler o que se tem lá e verificar que o fato grave é a invasão criminosa do celular dos procuradores".

Antes fosse. O fato grave é ver um juiz, numa rede de papos, cobrando do Ministério Público a realização de "operações", oferecendo uma testemunha a um procurador, propondo e consultando-o a respeito de estratégias.

As mensagens de Moro e de Deltan deram um tom bananeiro à credibilidade da Operação Lava Jato e mudaram o eixo do debate nacional em torno de seus propósitos. O ministro e o procurador reagiram como imperadores ofendidos, tocando o realejo da invasão de privacidade. Parolagem. Dispunham de uma rede oficial e segura para trocar mensagens e decidiram tratar de assuntos oficiais numa rede chumbrega e privada.

Noves fora essa batatada, precisam explicar o conteúdo de suas falas. Sem explicações, a presença dos dois nos seus cargos ofende a moral e o bom senso. No caso de Moro, ofende também a lei da gravidade. Ele entrou no governo

amparando Jair Bolsonaro e agora depende de seu amparo. Se o capitão soltar, ele cai.

Em nome de um objetivo maior, a Lava Jato e Moro cometeram inúmeros pecados factuais e algumas exorbitâncias, tais como o uso das prisões preventivas como forma de pressão para levar os acusados às delações premiadas. Como não houve réu-delator que fosse inocente, o exorbitante tornou-se conveniente. Ao longo dos anos, Moro e os procuradores cultivaram e, em alguns casos, manipularam a opinião pública. Agora precisam respeitá-la.

Uma das revelações mais tenebrosas das mensagens é aquela em que, dias depois de divulgar o conteúdo do grampo de uma conversa da presidente Dilma Rousseff com Lula, Moro diz: "não me arrependo do levantamento do sigilo, era a melhor decisão, mas a reação está ruim".

Não houve "levantamento", mas quebra, pois a conversa foi interceptada depois que expirara o prazo para as escutas. Dias depois de cometer a exorbitância, Moro explicou-se ao ministro Teori Zavascki com uma argumentação desconexa, até sonsa.

A conversa de Dilma com Lula deu-se no dia 16 de março de 2016, quando eles concluíam a armação da ida do ex-presidente para a Casa Civil.

A reportagem do The Intercept Brasil informa que às 12h44 Moro e Deltan discutiram a divulgação "mesmo com a nomeação". Sabia-

se que Dilma pretendia nomear Lula, mas o telefonema só ocorreu às 13h22. Às 15h27 Deltan disse que sua posição era de "abrir" o assunto e às 18h40 ele estava no ar, detonando a manobra do comissariado petista.

Para quem tinha esse objetivo, foi um sucesso, mas não está combinado que juizes e procuradores se metam em coisas desse tipo. O viés militante de Moro e Deltan na Lava Jato afasta-os do devido processo legal, aproximando-os da República do Galeão, instalada em 1954 em cima de um inquérito policial militar que desaguou no suicídio de Getúlio Vargas.

Membro do Conselho Editorial da Folha, autor dos romances 'Jantando com Melvin' e 'Noturno'. É mestre em sociologia pela USP.

Cai a máscara de Moro e companhia

Ligação entre juiz e procuradores desmoraliza em definitivo a Operação LavaJato

Talvez não exista ministro do Supremo com maior impopularidade do que Gilmar Mendes. Mas toda sua feroz oposição à célebre "República de Curitiba" se vê justificada com as revelações do site The Intercept Brasil, dando conta das relações particulares entre Sergio Moro, o juiz da Lava Jato, e a equipe de procuradores encarregada do caso.

Trata-se de um escândalo total. Imagine se um juiz conversasse com os advogados de Aécio Neves, de Eduardo Cunha ou de Roberto Jefferson, cobrando iniciativas, discutindo estratégias, antecipando suas decisões, repassando o nome de informantes e possíveis testemunhas.

Não é que sua imparcialidade estaria sob suspeita. Estaria absolutamente claro, isso sim, que esse juiz não tinha imparcialidade nenhuma.

Continuo a achar que as operações e sentenças de Curitiba foram corretas no que diz respeito ao essencial: as vantagens obtidas por Lula e seus aliados junto a empreiteiras, em troca de favorecimentos em contratos públicos, foram claríssimas e estão comprovadas.

Mas a cumplicidade entre juiz e acusadores teria, a meu ver, potencial para anular tudo o que se fez para combater a corrupção do grupo. É um desastre.

Já bastava a notícia de que os advogados de Lula tinham seus telefones monitorados. Já era espantoso aquele Power Point dos procuradores apontando flechinhas para o nome de Lula. Foi de doer (e na época não me importei muito) o

vazamento voluntário da conversa entre Dilma e Lula quando se cogitava da nomeação deste último para uma pasta ministerial, de modo a livrá-lo das ações de Moro.

Exageros, irregularidades, deslizos... Era o que eu pensava.

É preciso distinguir, de todo modo, entre o provável partidarismo de membros do Ministério Público e a atuação suspeita do juiz Sergio Moro.

Mensagens entre os procuradores apontam, sem dúvida, para forte torcida antipetista. Uma figura da "República de Curitiba" reclama, por exemplo, da decisão do STF autorizando entrevista de Lula durante a campanha eleitoral. "Uma coletiva antes do segundo turno pode eleger o Haddad", diz a procuradora Laura Tessler em conversa de aplicativo.

Natural que, imerso nas investigações de corrupção, um ou outro procurador terminasse detestando o PT. Mas quando o juiz do caso participa da conversa, a questão não é mais de preferência política; torna-se uma deturpação do próprio sistema judicial.

"Não vi nada de mais", disse o juiz Moro, que tomou o cuidado de não endossar o conteúdo específico das conversas vazadas. Coisas que aconteceram há vários anos, declarou. Será normal perguntar a um procurador se não está passando tempo demais desde a última operação? Ou repassar o contato de alguém que teria informações úteis para a acusação?

Confirmando ou não o teor exato dessas conversas, tanto os procuradores quanto Moro decidiram reagir do modo que conhecem. Deltan Dallagnol apelou para a opinião pública, dizendo que a Lava Jato "sofreu um ataque gravíssimo".

Confia que, em nome da luta contra a corrupção, qualquer lambança seja permitida.

"Invasão criminosa de celulares", esbraveja Moro. É a velha tática, aliás constantemente empregada pelos políticos acusados de corrupção. Ponho a culpa em quem revela meus abusos.

Para quem há muito tempo desconfiava dos argumentos e reclamações petistas, como era o meu caso, a nomeação de Sergio Moro para o Ministério da Justiça estava longe de ser absurda.

Tratava-se, afinal de contas, de um representante do Judiciário, de alguém comprometido com o império da lei, numa administração composta de perfeitos brucutus e defensores da ditadura.

Tudo muda de aspecto agora. Evidenciando-se que Moro não agiu como juiz, mas como torcedor, atacante, meio-campista e goleiro no jogo entre promotores e advogados, sua participação no governo Bolsonaro perde a justificativa de atender a uma missão republicana. Surge como lance bem-sucedido numa trajetória de ambição pessoal e ativismo político.

CONTINUA

12 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

As decisões condenatórias da Lava Jato ficam juridicamente comprometidas. Com tamanha desmoralização, Sergio Moro bem que poderia renunciar ao cargo de ministro. Mas talvez só agora, depois dos vazamentos, esteja se mostrando plenamente integrado ao governo Bolsonaro.

A rigor, nem assim. Com Moro ou sem Moro, pouco importa: não deveria nem sequer existir Ministério da Justiça num governo que homenageia torturadores, milicianos e assassinos. A máscara caiu por terra.

FOLHA DE S. PAULO

BRUNO BOGHOSIAN Operação vale-tudo

BRASÍLIA A evidente colaboração entre Sergio Moro e Deltan Dallagnol deveria ser suficiente para jogar ao menos um ponto de interrogação nas cabeças dos mais firmes defensores da dupla de Curitiba. Em vez disso, parece estar de pé uma operação para endossar até métodos de vale-tudo adotados pela Lava Jato.

As conversas que mostram um juiz discutindo táticas de acusação com o Ministério Público e apresentando uma testemunha contra os acusados são corrosivas. As implicações desses fatos ainda serão discutidas, mas alguns atores fazem gestos que conferem uma chancela prematura a atropelos da lei e da ética jurídica.

No Supremo, Luís Roberto Barroso afirmou que a troca de mensagens divulgada pelo site The Intercept Brasil ainda será apurada, mas se antecipou. “A corrupção existiu e precisa continuar a ser enfrentada, como vinha sendo”, disse, em entrevista à GloboNews. “Tenho dificuldade em entender a euforia que tomou os corruptos e seus parceiros.”

O ministro poderia ter separado os elementos, já que a existência da corrupção não autoriza ninguém a transgredir limites. Para piorar, ele insinua que o caso só interessa mesmo a criminosos e seus aliados.

Moro fará uma dobradinha afinada com Barroso se for indicado por Jair Bolsonaro para o STF. O ex-juiz disse não ver “nada de mais” nos diálogos. Em uma das conversas publicadas, ele afirmou a Dallagnol que não se arrependia de ter divulgado a gravação, feita ilegalmente, de uma conversa entre Lula e Dilma Rousseff, às vésperas do impeachment.

A defesa dos excessos perde ainda mais substância quando ganha tintas políticas. Onyx Lorenzoni tentou proteger Moro sob o argumento de que ele “ajudou a salvar o Brasil do projeto doente do PT”. O ministro da Casa Civil é aquele que admitiu ter recebido doação via caixa dois e foi perdoado pelo implacável ex-juiz.

O entendimento de que o combate à corrupção justifica o desrespeito a algumas regras pode fazer muito sucesso nas ruas, mas não deveria passar das portas dos gabinetes.

12 JUN 2019

12 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

A fresta que faltava

A revelação dos polêmicos diálogos de Sergio Moro e Deltan Dallagnol moveu estruturas no bastidor da política e do Judiciário. No Congresso, dirigentes de partidos voltaram a falar na votação do projeto que pune o abuso de autoridade. No Judiciário, a exposição de possíveis erros do ex-juiz abriu caminho à rediscussão de ações que questionam a prisão em segunda instância. Membros da OAB receberam sinais de que Dias Toffoli, presidente do STF, pode pautar o assunto no segundo semestre.

MORA DO BOTE A cúpula do Congresso decidiu não atropelar os fatos e aguarda novos desdobramentos e revelações de bastidores da Lava Jato para dar tração a articulações como a que condena o abuso de autoridade.

DO PRÓPRIO VENENO Há quem pregue inserir no projeto sobre abuso trecho que reproduza, ao menos em parte, proposta que consta no pacote anticrime de Moro e que veda a indicação ao STF “de quem tenha, nos quatro anos anteriores, ocupado mandato eletivo federal ou cargo de Procurador-Geral, AGU ou ministro de Estado”.

TIMING Integrantes de siglas de esquerda e advogados acreditam que as revelações de bastidores da Lava Jato feitas pelo site The Intercept Brasil amainaram o ambiente e podem levar a uma discussão menos apaixonada da prisão em segunda instância.

TIMING 2 A avaliação é a de que os episódios narrados pelo site mostram que pode haver vícios na primeira instância, o que justificaria o esforço de esgotar as etapas recursais antes da decretação de prisão.

TÁ FALANDO COM QUEM? Conselheiros da OAB sugeriram à direção do órgão que interpele o ministro Luís Roberto Barroso. Após as reportagens do The Intercept, ele disse à GloboNews que tem “dificuldade de entender a euforia que tomou os corruptos e seus parceiros”.

POREXTENSO Advogados querem que o ministro nomeie os eufóricos. O conselheiro Gustavo Batochio sugeriu no grupo do conselho que a Ordem o questione formalmente.

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

TODOS JUNTOS

Os principais partidos de oposição e legendas de centro têm feito reuniões para decidir como agir no caso do escândalo das mensagens do ministro Sergio Moro, da Justiça, com procuradores da Operação Lava Jato.

SANGUE Há um consenso: é preciso ter paciência e esperar Moro “sangrar” ainda mais antes de abrir guerra total contra ele, criando uma CPI.

MUITA CALMA A ordem é esperar por novas revelações do site The Intercept Brasil, que publicou as primeiras reportagens no domingo (9).

ELO A expectativa é de que novas mensagens piorem ainda mais a situação de Moro.

VOZ O ambiente para Moro está complicado mesmo entre os que sempre apoiaram a Lava Jato. O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), por exemplo, diz que o caso “é um escândalo”.

VOZ 2 “O combate à corrupção não pode passar por meios jurídicos espúrios”, diz Randolfe. O mais grave, diz, é o fato de que “elementos estranhos ao processo eleitoral”, como os procuradores, possam ter influenciado no resultado do pleito.

SOB PRESSÃO O jornalista Glenn Greenwald, do The Intercept Brasil, foi pressionado, em 2017, a boicotar uma premiação da Lava Jato no Canadá. Ele seria o palestrante da cerimônia.

VÍRUS Greenwald não apenas foi como fez rasgados elogios aos procuradores. Deltan Dallagnol postou o vídeo do discurso em suas redes sociais, fazendo com que ele viralizasse.

ELES MERECEM “Assistir brasileiros numa jovem democracia colocando seus bilionários na prisão e prendendo políticos de todos os espectros partidários”, disse o jornalista, “é algo extraordinariamente corajoso, digno de ser homenageado”.

SALTO Greenwald disse que o combate à corrupção era “extraordinariamente difícil” —o que explicaria os equívocos dos “jovens” procuradores.

LUZ “Eu sou a favor da Lava Jato”, diz Greenwald à coluna —ele hoje é acusado de querer destruí-la por publicar o escândalo das mensagens. “Mostrar os erros cometidos fortalece a operação.”

12 JUN 2019

PAINEL DO LEITOR

O promotor Roberto Livianu disse ser “normal” que os juízes “dialoguem” (obviamente, quis dizer cuidando de assuntos da causa) com procuradores e advogados (“Desqualificação da defesa da sociedade”, Tendências / Debates, 11/6). “Normal” onde? Senti-me uma honrosa exceção; afinal, são 20 anos de magistratura. E, mesmo que fosse “normal”, são inadmissíveis os temas dos diálogos.

Raul Moreira Pinto (Passos, MG)

Concordo com a opinião de Livianu! Primeiro, independentemente de qualquer coisa, houve um julgamento baseado em fatos jurídicos chancelado por mais de uma instância. Uma segunda questão é que a situação de “integração” entre julgador e acusação não é uma novidade do caso, pelo contrário! Gostasse ou não, é a regra nos casos mais relevantes em curso no Judiciário.

Juliano Olivetti (Londrina, PR)

O advogado ou o promotor podem ter como amigo um juiz. Poderiam conversar sobre qualquer assunto, até mesmo sobre decisões e jurisprudências. Mas creio que não poderiam conversar sobre um processo em que o advogado ou o promotor estivesse trabalhando nele e o juiz fosse o julgador. No mínimo, seria uma extrema falta de ética (“A tragédia do normal”, de Hélio Schwartzman, Opinião, 11/6).

Carlos Eduardo Salles (Santos, SP)

Alguém realmente se surpreendeu com as mensagens trocadas entre Moro e Dallagnol, imprensa inclusa? Quase todos os atos da dupla dinâmica não deixavam dúvidas das motivações políticas que moviam os integrantes da Lava Jato. Uma parte de juristas alertava para os excessos de procuradores e de ações ilegais do então juiz Moro, mas os alertas tiveram pouca repercussão diante do furor “cívico” que tomou conta do país. Resta saber se o TRF-4 também se deixou contaminar.

Mara Chagas (São Paulo, SP)

12 JUN 2019

FOLHA DE LONDRINA MPT-PR registra 300

denúncias de trabalho infantil

Em todo o País, problema social afeta mais
de 2,4 milhões de crianças e adolescentes

Vitor Struck

Reportagem Local

O Ministério Público do Trabalho do Paraná recebeu somente neste ano 72 denúncias espontâneas sobre casos de trabalho infantil. Se somadas às denúncias feitas no ano passado, o número passa de 300 e dizem respeito a situações de ocupação profissional de qualquer natureza envolvendo crianças e jovens de até 14 anos incompletos ou jovens que têm entre 14 e 17 anos, mas sem carteira assinada. Também de acordo com a assessoria do MPT-PR, nos últimos 18 meses, essas denúncias resultaram na abertura de 183 inquéritos policiais e na celebração de 99 Termos de Ajustamento de Conduta no Estado.

No Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, celebrado nesta quarta-feira (12) desde 2007 no Brasil, o Tribunal Superior do Trabalho vai realizar uma série de ações que visam chamar a atenção para o problema social, realidade de 2,4 milhões de crianças e adolescentes entre cinco e 17 anos no Brasil. O dado é do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e o número, obtido através da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2016, e represen-

tava 6% da população nessa faixa etária, com pouco mais de 40 milhões de indivíduos. Também segundo a pesquisa, 1,7 milhão desempenhava, além da atividade laboral, afazeres domésticos, atrapalhando ainda mais os estudos. No entanto, as crianças geralmente são encontradas trabalhando em áreas como na agricultura, na pecuária, no comércio, nos domicílios, nas ruas, na construção civil, entre outras situações.

Também de acordo com dados da pesquisa, o Paraná era o 13º Estado no ranking de unidades da Federação com o maior número de registros. No entanto, se analisado o período entre 2011 e 2015, o número de crianças entre 5 e 14 anos que desempenhavam alguma atividade remunerada caiu 58% no Estado. No ano de 2016, os maiores índices estavam na África (72,1 milhões) e na Ásia (62 milhões) e a agricultura aparecia como atividade profissional de 71% destas crianças. Em seguida vêm o setor de serviço (17%) e a indústria (12%).

Para o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, o ministro Brito Pereira, o trabalho na infância não é a solução para ajudar a promover a subsistência das famílias. "Pelo contrário, isso só perpetua a pobreza, pois a criança deixa de estudar, além de ficar exposta a riscos físicos e emocionais", disse.

Para reduzir os índices, a Justiça do Trabalho defende a contratação a partir dos 14 anos prevista nos termos da Lei da Aprendizagem. "Criança até os 14 anos não pode trabalhar em hipótese alguma, mas jovens a partir desta idade, se contratados de acordo com a lei, têm direitos como carteira assinada, garantias trabalhistas, segurança, jornada de trabalho diferenciada e, o melhor, não vão deixar de estudar", explicou a coordenadora do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem, ministra Kátia Arruda.

Para chamar a atenção uma mobilização digital vai ser realizada no Twitter a partir do início da manhã, quando os usuários devem ser deparar com a hashtag #BrasilSemTrabalhoInfantil. Além disso a mensagem vai ser projetada na fachada do edifício-sede do TST, em Brasília. Além disso, a causa conta com o apoio de personalidades e entidades como o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e a OIT (Organização Internacional do Trabalho), que estima ser de 158 milhões o número de crianças de cinco a 17 anos vítimas de trabalho infantil em 2016.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

LONDRINA

De acordo com a secretária municipal de Assistência Social Jacqueline Micali, desde o início de 2017, Londrina já registra 524 denúncias. Embora algumas possam ser repetidas, o número preocupa e ocorre por conta de um conjunto de fatores socioeconômicos. “É a crise no País e as novas configurações têm sim se refletido na população mais empobrecida e isso faz com que a criança esteja em uma situação de vulnerabilidade social”, afirmou. Casos de crianças que atuam com atividades ilícitas, como o tráfico de drogas, também entram nas estatísticas. “Uma dos piores que existem”, classificou a secretária. “O nosso trabalho é identificação, inclusão e acompanhamento desta criança que é feito pela rede de serviço. O Creas (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) 3 é que vai fazer o acompanhamento, mas o Cras (Centro de Referência de Assistência Social) que está no território é que vai acompanhar esta criança”, explicou. Questionada, a secretária explicou que o trabalho de abordagem nas ruas mediante denúncias está passando por uma reestruturação que “inclui a formação de uma equipe própria para crianças e adolescentes”.

Já de acordo com a presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Rejane Romagnoli Tavares Aragão, os conselheiros devem definir nesta quinta-feira (13) os detalhes de uma campanha de conscientização a ser lançada nos próximos meses. “O nosso trabalho é mais de acompanhamento para saber se as políticas públicas estão funcionando, esta é a função do CMDCA, fazer a prevenção e também a fiscalização”, explicou.

12 JUN 2019

12 JUN 2019

FOLHA DE LONDRINA

Bolsonaro exonera equipe de combate à tortura

Leandro Prazeres
e Igor Melo

Folhapress

Brasília e Rio - O presidente Jair Bolsonaro exonera nesta terça-feira (11) os 11 integrantes do MNPCT (Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura), um grupo do governo federal que monitora violações de direitos e atua para prevenir a prática de tortura em instituições como penitenciárias. De acordo com o decreto, o grupo agora passa a ser formado apenas por participantes não remunerados.

Recém-exonerado, o coordenador da entidade, Daniel Melo, afirma que essa mudança inviabiliza

o funcionamento do órgão. O presidente do CNDH (Conselho Nacional de Direitos Humanos), Leonardo Pinho, disse que vai recorrer à Justiça contra a medida.

A reportagem procurou a Presidência da República e o MMFDH (Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos), órgão ao qual o mecanismo estava vinculado, mas não recebeu resposta até o fechamento desta edição.

O MNPCT é um grupo criado em 2013 que faz estudos e relatórios sobre violações de

direitos humanos no país. Foram eles, por exemplo, que elaboraram relatórios sobre a situação de presídios como o Compaj (Complexo Penitenciário Anísio Jobim), no Amazonas, onde 111 presos foram mortos em massacres de 2017 a 2019.

Para o agora ex-coordenador do mecanismo, a exoneração do grupo é uma retaliação à atuação da instituição. "Essa é uma retaliação clara à forma como nós vínhamos atuando. O mecanismo vem, há anos, revelando a prática sis-

temática da tortura no Brasil", afirmou.

O decreto exonera a atual equipe, mas mantém o mecanismo em funciona-

mento no papel. Segundo o decreto, a partir de agora, o grupo será formada por integrantes não remunerados. Para Melo, essa mudança equivale, na prática, à "extinção" do mecanismo. "O trabalho do grupo fica inviabilizado se for feito com membros voluntários e não remunerados. O formato do mecanismo precisa de estrutura, de pessoas que possam se dedicar exclusivamente para esse trabalho. Isso garante autonomia, independência para receber e apurar denúncias", disse.

*"O mecanismo vem,
há anos, revelando
a prática sistemática
da tortura
no Brasil"*

12 JUN 2019

FOLHA DE LONDRINA

Justiça notifica

Câmara Municipal

para retorno de

Mario Takahashi

Vereador, afastado desde janeiro de 2018 após deflagração da Operação ZR3, retorna ao cargo na quinta-feira; presidência da Casa continuará com Ailton Nantes

Guilherme Marconi

Reportagem Local

O juiz Délcio Miranda da Rocha, da 2ª Vara Criminal de Londrina, enviou nessa terça-feira (11) ofício à Câmara Municipal de Londrina determinando que se cumpra o acórdão do TJ (Tribunal de Justiça) do Paraná que concedeu habeas corpus a Mario Takahashi (PV). O vereador, que está afastado do cargo desde janeiro de 2018 a pedido do MP (Ministério Público), deve retornar às atividades nesta quinta-feira (13). A cadeira, neste ínterim, foi ocupada pelo suplente da coligação Valdir dos Metalúrgicos (SD). Mesmo afastado, Takahashi conseguiu na Justiça o direito de continuar recebendo o salário de vereador, de cerca R\$ 12 mil, durante a maior parte do período.

O afastamento da função era uma das medidas cautelares exigidas pelo MP. Neste período, Takahashi também estava proibido de frequentar o prédio do Legislativo, da Prefeitura de Londrina e de manter contato com demais réus e de

se ausentar da cidade. No despacho, o magistrado não entrou em detalhe sobre as demais medidas. O juiz de primeiro grau deverá interrogá-lo em outubro dentro do processo criminal no qual apura suposto esquema criminoso de pedido de vantagens em projeto de lei para mudança de zoneamento urbano, deflagrado na Operação ZR3. Takahashi figura como réu pelos crimes de corrupção e organização criminoso.

O presidente da Câmara, Ailton Nantes (PP), disse que a Casa irá cumprir a decisão. Questionado sobre um suposto constrangimento e desgaste da imagem do Legislativo, o vereador minimizou. "Eu não posso prever o que vai acontecer com a chegada dele. Vamos recebê-lo como um vereador integrante da Casa. É uma decisão judicial que temos que acatar e não temos que emitir juízo de valor." Segundo ele, a reintegração de Takahashi ao cargo terá um prazo de 48 horas. "É um fato atípico e temos que dar tempo para exoneração dos assessores do suplente."

Takahashi foi afastado do cargo quando ocupava a presidência da Câmara, mas como houve nova eleição da Mesa Executiva no final de 2018, ele retornará apenas com as funções parlamentares e poderá compor comissões especiais que eram ocupadas pelo seu suplente.

DE SAÍDA

Já Valdir dos Metalúrgicos, antes de deixar oficialmente o cargo, considerou que a volta de um vereador investigado será um processo desgastante para o Legislativo. "Olha, aqui na Câmara deveria ter sido feito esse papel e eu fiz o meu: eu votei pela cassação. Mas, temos que respeitar a decisão. A gente lamenta. A gente está vereador, não é vereador." Sobre os fatos deflagrados de suposta influência de empresários para tentar fazer mudanças em leis específicas, o vereador disse que no seu curto período na Casa (uma ano e meio) não viu nada de anormal. "Não tive nenhum questionamento. Em todos os projetos que votei, me informei e li, não tive nenhum questionamento de nenhum setor."

CONTINUA

12 JUN 2019

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Takahashi, junto com o vereador afastado Rony Alves (PTB), passou por um longo e desgastante processo de investigação interno numa Comissão Processante em 2018. Entretanto, em setembro, ambos foram absolvidos em plenário. Foram 12 votos favoráveis à cassação dos dois vereadores, três votos contrários (Jamil Janene, Guilherme Belinati e Gerson Araújo), três abstenções (Emanoel Gomes, Jairo Tamura e Péricles Deliberador), e Felipe Prochet (PSD) não compareceu.

12 JUN 2019

FOLHA DE LONDRINA

Grupo Vilela entra com pedido de recuperação judicial

Aline Machado Parodi

Reportagem Local

O Grupo Vilela, empresa de insumos, produção e comercialização de grãos de Cornélio Procópio (Norte Pioneiro), entrou, na semana passada, com pedido de recuperação judicial. A juíza Thais Terumi Oto, da 1ª Vara Civil da Comarca de Cornélio Procópio, deve proferir a decisão nos próximos dias. Em nota, o grupo informou que a medida “tem como objetivo preservar os empregos de seus colaboradores e os interesses dos credores”.

De acordo com o advogado Alan Rogério Mincache, do escritório Federiche Mincache Advogados, que está assessorado a empresa na elaboração do plano de recuperação, em parceria com a EXM Partners, a crise do setor, a desvalorização do real e a instabilidade gerada pela crise política, aliados com a frustração de safras, contribuíram para as dificuldades financeiras da empresa.

O advogado afirmou que, com a quebra das últimas safras, os produtores deixaram de saldar suas dívidas com a empresa, que absorveu os prejuízos. “É um soluço, mas que baseado em uma análise criteriosa não conseguiria passar sem um remédio judicial”, declarou Mincache. “A empresa já buscou alternativas para sair da crise, mas o mercado não vem reagindo e já se está falando em quebra de safra”, completou.

A Vilela acumula cerca de R\$ 600 milhões em dívidas, a maior parcela com instituições financeiras. Segundo o advogado, os estudos da situação financeira mostram que é possível quitar as dívidas. “Entendemos que ela [dívida] vai conseguir ser superada. Nos próximos 60 dias vamos apresentar a proposta de regularização das dívidas com os credores. A empresa está disposta a buscar alternativas [para sanar as contas] como a venda de ativos”, disse Mincache.

O advogado afirmou que o pedido de recuperação judicial tem o objetivo de deixar transparente as informações financeiras e as condições necessárias para quitar os débitos. “O compromisso da empresa é saldar as contas com todos os credores”, frisou.

A empresa gera aproximadamente 200 empregos diretos e mais de 600 empregos indiretos em toda a sua região de atuação. Segundo o advogado, já foram feitas adequações no quadro de funcionários e deve haver demissões. “Os funcionários que permaneceram foram alocados nos quadros da empresa e não se pretende fazer demissões”, disse.

O pedido de recuperação judicial não deve ter grande impacto nos produtores rurais da região do Norte Pioneiro. De acordo com a Sociedade Rural da Região de Cornélio Procópio, o volume de grãos estocados pela empresa é pequeno. “É apenas um resíduo da safra e a empresa já

falou que, o juiz homologando a situação, eles vão quitando as contas com os produtores”, afirmou João Ataliba de Resende Neto, presidente da Sociedade Rural.

Resende Neto ressaltou que o clima entre os produtores é tranquilo. “Não tem ninguém apavorado. É um baque, mas estava complicado para eles [Vilela] desde o ano passado”. O grupo atua na região Norte do Paraná com 12 unidade de venda de insumos e compra de grãos.

12 JUN 2019

FOLHA DE LONDRINA

'Juiz não pode ser chefe de força-tarefa,' diz Gilmar Mendes

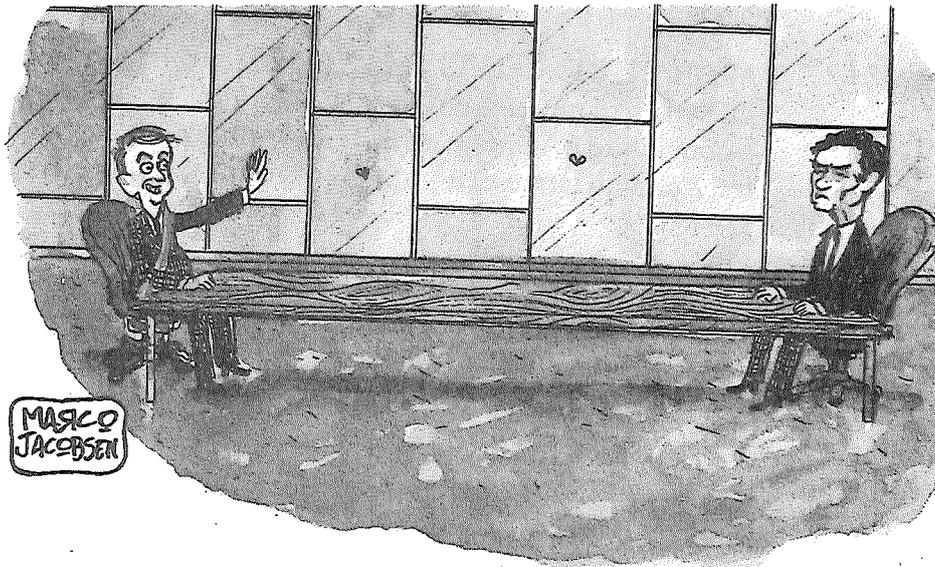
Brasília - Em meio à crise aberta com a revelação de que o ex-juiz Sergio Moro (hoje ministro da Justiça) e o chefe da força-tarefa da Lava Jato, Delтан Dellagnol, discutiram em mensagens privadas detalhes de investigações, o ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), disse nessa terça-feira (11) que "juiz não pode ser chefe de força-tarefa."

Sem citar nomes ou dizer a quem se referia, Mendes falou na Segunda Turma da corte, durante a leitura do seu voto no julgamento que analisa se a denúncia contra a cúpula do PP será ou não aceita pelos ministros. Ele votou contra o recebimento da denúncia.

As declarações de Mendes ocorreram no momento em que ele comentava o caso da deputada federal Gleisi Hoffmann, presidente do PT, que acabou absolvida pela Segunda Turma. "Recebeu-se a denúncia [contra Gleisi] e se viu que as provas eram as mesmas e que eram imprestáveis para condenação, pelo menos enquanto se tratar de corte de Justiça. A não ser que haja tribunais destinados a condenar nesse modelo de colaboração que se está a desenvolver, em que juiz chefia procurador", disse Mendes. "Não é o caso desta corte. Juiz não pode ser chefe de força-tarefa", concluiu.

LULA

O advogado José Roberto Batocchio, um dos defensores do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), revelou que o político ficou surpreso com dois pontos envolvendo o vazamento de mensagens trocadas entre os procuradores da força-tarefa da Lava Jato e o ex-juiz Sergio Moro: a rapidez em que "a verdade foi revelada" e a "promiscuidade" demonstrada pela troca de mensagens.



- Tamo Junto!

12 JUN 2019

FOLHA DE LONDRINA

OAB pede ao STF que julgue ação sobre prisão em segunda instância

Rafael Moraes Moura

Agência Estado

Brasília - O presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz, pediu nessa terça-feira (11) ao Supremo Tribunal Federal (STF) que seja reincluída na pauta da Corte a discussão sobre a possibilidade de prisão após condenação em segunda instância. Apesar de ter se debruçado sobre o tema três vezes, o plenário do Supremo ainda não analisou definitivamente o mérito das ações sobre o assunto. Na manifestação enviada ao Supremo, a OAB aponta o “crescente e notório agravamento” das condições do sistema prisional brasileiro.

O julgamento dessas ações também foi cobrado nesta tarde pelo decano do STF, ministro Celso de Mello. “Entendo que é mais do que necessário que o plenário do STF venha a julgar as três ações declaratórias de constitucionalidade para que se defina em caráter definitivo essa questão delicadíssima”, disse Celso de Mello na ocasião.

A Segunda Turma decidiu que caberá ao plenário do Supremo analisar um habeas corpus coletivo que contesta a prisão automática de réus após a condenação em segunda instância, conforme fixado em súmula do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4). O TRF-4 é a segunda instância de processos da Operação Lava Jato e condenou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no caso do “triplex do Guarujá”.

O habeas corpus coletivo contesta a execução automática de

prisão após a condenação em segunda instância. Para o ministro Ricardo Lewandowski, o Supremo já deixou claro que a prisão é possível após a condenação em segunda instância, mas ela não é automática nem obrigatória, mas devendo ser necessariamente motivada.

ENTENDIMENTO

No dia 4 de abril, Toffoli retirou da pauta o julgamento das ações sobre prisão após condenação em segunda instância, que estava marcado para o dia 10 daquele mês. Na ocasião, os ministros poderiam mudar o entendimento atual, que permite a execução antecipada da pena - medida defendida pela força-tarefa da Operação Lava Jato no combate à corrupção e também pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro. Oficialmente, Toffoli retirou as ações da pauta depois de um pedido feito pela própria OAB, que é autora de uma delas.

12 JUN 2019

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Fricções judiciais

Não apenas o Tribunal de Justiça mas também a instância superior, STF e STJ, tem feito correções nas operações do Gaeco, inclusive da ZR3, agora com a recondução do vereador Mario Takahashi ao legislativo londrinense. Processos ligados às operações "Publicano" em especial têm evidenciado intervenções de impacto nas decisões de primeiro grau, o que tem abalado a concentração do Ministério Público em sua rotina. Na ZR3 houve um choque de traço institucional com a Câmara Municipal resistindo à pressão do MP para cassar vereadores.

MILITÃO

"O principal para um juiz de Direito, que vai julgar as questões, os processos entre pessoas ou empresas, é a imparcialidade. Sempre a imparcialidade. Isso é o que verdadeiramente importa, para que a justiça seja feita". Foi o que disse o advogado criminalista Antonio Carlos de Andrade Vianna, em entrevista ao programa de televisão Militão & Militão, pela rede CNT.



Um criminalista famoso que atua em Brasília, o Kakai, que frequenta as melhores rodas, onde se encontram famosos advogados, ministros de tribunais, totalmente à vontade, de bermuda e camiseta, nos corredores de um dos tribunais federais - o STF - para ser recebido por um ministro. A la vontade... Coisas de Brasília.

A Moro e Dallagnol ainda restará a opção pelo voto

Esta semana começou com a divulgação de pretensos diálogos por Telegram entre o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, e os procuradores da força-tarefa da Lava Jato, coordenados por Deltan Dallagnol, revelando um pretense acordo entre eles na condução de um processo da operação. Se forem verdadeiras – e nada até agora pode ser dito em contrário, com a agravante de os acusados em suas manifestações não as terem negado –, essas conversas, só pelo que foi divulgado até agora, são nitroglicerina pura na política, na Justiça, no governo e no Brasil.

As alegações apresentadas são desprezíveis. O jornal online *The Intercept Brasil*, que publicou as mensagens, é veiculado no País, desde agosto de 2016, pela empresa americana First Look Media, criada e financiada por Pierre Omidyar, fundador da eBay. É editada pelo advogado também americano, especialista em Direito Constitucional e ex-jornalista do diário britânico *The Guardian* Glenn Greenwald; pela cineasta, documentarista e escritora Laura Poitras; e pelo jornalista investigativo (natural dos EUA) Jeremy Scahill, especialista em assuntos de segurança nacional e autor do livro *Blackwater: The Rise of the World's Most Powerful Mercenary Army*. Greenwald é casado com o brasileiro David Miranda, eleito vereador do Rio de Janeiro pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e, atualmente, deputado federal na vaga de Jean Wyllys, que renunciou à cadeira na Câmara para sair do País, onde se dizia ameaçado. Adversária do impeachment da petista Dilma Rousseff, a publicação não é

Ministro da Justiça e procuradores foram vítimas da própria ilusão de impunidade

certamente imparcial. E daí? A Constituição federal garante o direito de qualquer veículo de comunicação exercer livre manifestação de opinião, desde que não publique mentiras.

A parcialidade questionada pela notícia, que explodiu como uma bomba de efeito devastador domingo (9/6), à noite, é a do ex-juiz da 13.ª Vara Criminal de Curitiba, em teoria pilhado em combinações estratégicas com procuradores federais em ação sob seu julgamento.

Conforme o que foi publicado até agora e na expectativa de que novos fatos venham a ser revelados pelo responsável pela divulgação, esse herói nacional, por mercê de seu desempenho na operação em tela, teria interferido no trabalho do MP. A iniciativa feriria o princípio básico da isenção do julgador, proibido de manifestar qualquer *parti pris* na tarefa de decidir quem tem razão: o Ministério Público, que, em nome do Estado, acusa o suspeito, e a defesa do acusado. Caso sejam mesmo autênticas as mensagens trocadas entre Moro e Dallagnol, levando em conta o fato de os outros diálogos até agora revelados não representarem abusos de conduta, mas apenas opiniões pessoais, a revelação é grave.

A eventual inclinação do juiz a aceitar os argumentos dos procuradores, em detrimento das negativas apresentadas insistentemente pelos defensores de Lula, os levará a pedir a anulação da sentença em primeira instância do processo sobre recebimento de propina e

ocultação de patrimônio do triplex do Guarujá. Não implica, contudo, a automática inocência do réu, que dependerá de serem reformadas decisões unânimes de duas instâncias superiores, a segunda e a terceira, sobre o caso. De igual forma, a presunção tem sido contestada em outras varas. Há nova condenação do mesmo réu em idêntico juízo, da lavra da substituta eventual de Moro, Gabriela Hardt, e que o substituto permanente, Luiz Antônio Bonat, já encaminhou para ser julgada na Oitava Turma do Tribunal Federal Regional da 4.ª Região, em Porto Alegre. Assim, Lula responde a sete processos. No mais recente, o juiz Vallisney de Oliveira, da 10.ª Vara da Justiça Federal em Brasília, o tornou réu com Palocci e Paulo Bernardo, sendo o trio acusado de ter acertado receber US\$ 40 milhões (R\$ 64 milhões, à época) em propinas pagas pela empreiteira então presidida por mais um réu, Marcelo Odebrecht.

Ou seja, é bem longo e árduo o caminho perseguido pela defesa de Lula para soltá-lo. A ser provado em processo judicial, que costuma ser lento e complicado, o que foi revelado até agora mais prejudica Moro e os procuradores da Lava Jato, em especial Dallagnol, do que beneficia o presidiário mais famoso do Brasil, pilhado em vários passeios pelo Código Penal.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

12 JUN 2019

Mesmo que *The Intercept Brasil* não tenha esgotado sua munição contra o ex-juiz da Lava Jato, será difícil a escalada do Himalaia de acusações por Lula, a não ser que a divulgação tenha sido autorizada por um juiz. Aí, a permanência de Moro no Ministério da Justiça ficaria insustentável. Isso dependerá menos da reação da opinião pública, que o idolatra e não confia nas instâncias superiores do Judiciário, às quais caberá julgá-lo, mas das circunstâncias políticas, que poderão levar o presidente Jair Bolsonaro a abrir mão do justiceiro, se passar a ser considerado suspeito de parcialidade.

Assim, até novembro de 2020, daqui a um ano e meio, quando o decano do Supremo Tribunal Federal (STF), Celso de Mello, se aposentar, é de duvidar que mesmo uma mão forte do chefe do governo bastaria para alçá-lo ao pináculo da Justiça, mantendo a promessa que até agora, tudo indica, mantém. Até então, o herói popular das manifestações de rua de 2016 para cá terá muitas noites para lamentar a mistura de infantilidade, soberba e senso de impunidade que conduziu seus surtos de adolescência leviana e bastante tardia. Seu companheiro em travessuras virtuais, o coordenador da força-tarefa da Lava Jato, Deltan Dallagnol, também lastimará o instante em que acreditou na lorota de que o aplicativo russo é um meio de comunicação pessoal à prova de *hackers*. Estes dificilmente serão identificados. Pois, talvez seja de bom alvitre avisar que a experiência pregressa não autoriza expectativas favoráveis no caso.

A seus carrascos, que ora comemoram, é útil lembrar que restará a Moro e Dallagnol a saída pelo voto, pois parecem manter a devoção popular.

12 JUN 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Dos heróis e das leis



Quando – e se – deixarmos de ser uma sociedade carente de heróis e nos tornarmos uma sociedade devotada às leis, à Constituição e aos primados do

Estado Democrático de Direito, o País terá dado um dos mais significativos saltos civilizatórios de sua história.

Parece, no entanto, que aqui há um pendor atávico ao sebastianismo, como se a Nação estivesse permanentemente à espera da volta de um personagem messiânico para dar cabo das agruras de turno. Como é sabido, o retorno do rei português, desaparecido durante a batalha de Alcácer Quibir, em 1578, foi ansiosamente aguardado pelos súditos como única forma de salvação diante da crise que se instalou após a sua partida.

As reações à divulgação do conteúdo de conversas atribuídas a integrantes da força-tarefa da Operação Lava Jato e a Sergio Moro, havidas quando o atual ministro da Justiça era o juiz responsável pelos processos relativos à operação na primeira instância, revelam que ainda transcorrerá muito tempo até que aquele virtuoso salto seja dado. A dicotomia “heróis x vilões” vicia o debate público.

A lei parece estar sempre em segundo plano no debate entre aqueles que veem Sergio Moro e alguns procuradores da força-tarefa da Lava Jato – em especial Deltan Dallagnol – como heróis nacionais e os que neles apenas enxergam parcialidade, ardis e dissimulação. Evidente que nada de aproveitável pode sair de discussões em que os interlocutores nem sequer admitem a hipótese de rever suas convicções ante a irrefutabilidade dos fatos e tampouco ao comando da lei.

Nas sociedades civilizadas, o mínimo denominador comum em debates desse tipo são precisamente os fatos, as leis, a Constituição. Não se quer afirmar com isso que, no caso concreto envolvendo a troca de mensagens entre o ex-juiz e ministro da Justiça e um procurador da República, tenha havido ilegalidades. Por

ora, pode-se dizer que as conversas foram, no mínimo, inapropriadas para as posições públicas que os interlocutores ocupavam.

Em geral, tal dissociação objetiva – a saber, entre pessoas e suas funções públicas, cuja atuação há de ser delimitada pela lei – não é feita porque viceja nesta porção de mundo um tipo de culto à personalidade. E, em alguns casos, personalidades pairam acima das leis ao sabor da paixão de seus seguidores. Isto pode funcionar muito bem no campo das artes e dos espetáculos, mas é desastroso para a vida política e institucional de um país.

Num país que se pretende sério, não há lugar para “super-heróis”, “salvadores da pátria”, “mitos”, “pais” e “mães da Pátria”. A vida política e institucional republicana, como aquela que todos os que não têm o pensamento aprisionado desejam para o Brasil, não há de ser construída por heróis, por salvadores da pátria. Ela é feita de homens e mulheres imbuídos de elevado espírito público que veem em seu serviço uma parcela de contribuição para o crescimento do País. O fato de haver parcela expressiva da sociedade que põe presidentes da República acima das leis ou classifique como “heróis” servidores que se sobressaem no cumprimento de suas obrigações institucionais diz sobre o nosso grau de amadurecimento político.

São claros os avanços trazidos pela Operação Lava Jato ao combate à corrupção e, principalmente, ao resgate da confiança dos brasileiros no primado democrático da igualdade de todos perante a lei. Os benfazejos resultados do trabalho de membros da força-tarefa, no entanto, não os colocam acima das mesmas leis que devem fazer cumprir.

Compreende-se que, diante de uma longa história de leniência no combate à corrupção e da impunidade crônica que marcou a resposta do Estado aos crimes cometidos por poderosos, políticos ou econômicos, a coragem dos que ousaram romper o

status quo foi premiada com a admiração e o respeito da sociedade. Mas isto nem de longe autoriza quem quer que seja a se desviar das leis e da Constituição para dar andamento a seus desígnios, por mais virtuosos que sejam.

A primazia das regras que pautam um Estado Democrático de Direito não é um luxo, é um imperativo para que o País construa no presente o futuro que deseja viver.

O ESTADO DE S. PAULO

MARCO AURÉLIO NOGUEIRA

Moro mergulhou de cabeça nas armadilhas da política

12 JUN 2019

O juiz Sérgio Moro fez um cálculo equivocado quando aceitou ser ministro de Jair Bolsonaro. Em vez de ganhar força para impulsionar a luta contra a corrupção e abrilhantar sua biografia, assinou um pacto com o diabo: mergulhou de cabeça nas armadilhas da política, sem ter o devido preparo para isso. Logo ficou evidente sua dificuldade para lidar com políticos, partidos e pressões.

Foi um erro provocado pelo desejo de inscrever o nome na história. O juiz deve ter achado que, a partir de Brasília e com o apoio do presidente, garantiria um fecho grandioso à carreira (o Supremo Tribunal Federal) e completaria o trabalho da Operação Lava Jato.

Só que no meio do caminho havia algumas pedras. O governo Bolsonaro não aprumou e a classe política, “empoderada” com os vazios deixados pelo Executivo, passou a monitorar os movimentos ministeriais. Contra Moro, em particular, ergueu-se uma barreira formada pelos adversários da Lava Jato, dos interessados em “Lula livre” aos preocupados em livrar a própria pele. Um desejo de “vingança” passou a conspirar contra o ministro da Justiça.

As conversas hackeadas entre Moro e os procuradores da Lava Jato dramatizam a situação e fornecem munição para que os ataques recrudesçam. O ministro da Justiça e Segurança Pública terá agora de ficar dando explicações constrangedoras.

As conversas não parecem ter força para fazer a roda da Lava Jato retroceder ou para desmanchar a montanha de provas, depoimentos e julgamentos que atestam o tamanho da corrupção no País. Mas, soltam fumaça e levantam uma nuvem de suspeita difícil de ser dissipada.

No fundo, o erro originário de Moro explica a turbulência que atinge uma operação que se imaginava blindada contra os efeitos da política. A Lava Jato nunca primou pelo respeito cego às práticas jurídicas consagradas. O ativismo que adotou esteve sempre sub judice. Para justificar os políticos, seus operadores foram fazendo política contra a política, confiando no aplauso das multidões e, depois, no respaldo do presidente da República, que jamais se consumou.

Acontece que Bolsonaro também é político e não se caracteriza por ser criterioso na relação com amigos e inimigos.

O ESTADO DE S. PAULO

VERA MAGALHÃES Moro sem capa

12 JUN 2019

Juízes usam capa em tribunais de júri e cortes superiores. Heróis usam capa nos quadri-nhos. Sérgio Moro não é mais juiz, ainda não chegou ao Supremo Tribunal Federal, seu sonho declarado, e perdeu nos últimos dias, ao menos por ora, a capa de herói com que foi retratado em atos no dia 26. Moro está momentaneamente sem capa, pela primeira vez desde que se notabilizou pela Lava Jato.

Isso significa que o ministro da Justiça perdeu o respaldo das ruas e das redes? Não. Os atos em apoio ao governo foram mais um aval à agenda de Moro que à de Jair Bolsonaro. Mas as hashtags de apoio ao ex-juiz depois da revelação de trechos de conversas obtidas de forma, ao que tudo indica, ilegal e divulgadas pelo site The Intercept Brasil rivalizaram com as de críticas à Lava Jato, e medições feitas nas interações no Twitter mostram o campo de centro dividido entre o apoio à operação e a decepção com a revelação de interações não institucionais entre acusação e juiz.

Em política, o ambiente em que Moro escolheu transitar quando deixou a magistratura, os agentes costumam sentir cheiro de sangue na água. E o ex-todo-poderoso sangrou pela primeira vez de forma consistente depois de quatro anos praticamente sem contestações. Deputados, senadores, ministros do Supremo, derrotados nas últimas eleições, advogados. A fila dos que veem no episódio a chance de ir à forra contra Moro e os procuradores é imensa. E leva a consequências imediatas.

O projeto anticrime, que estava em banho-maria, subiu no telhado. A indicação ao STF, antes dada como certa pelo próprio presidente, hoje é vista com ceticismo entre colegas de ministério e integrantes da Corte. O acordo para que o ministro deponha diante do Senado atende em parte a essa sede de sangue indisfarçada.

“Ao mal tudo se permite; da virtude tudo se exige”, lamentou para mim um ministro de Bolsonaro, solidário ao colega. Pode parecer injusto, mas o juiz Moro vestiu como uma capa de herói esse figurino da virtude

intransigente. Justamente por isso, e por ter visto de perto casos como Banestado e Castelo de Areia, sabia melhor que ninguém que vícios de forma podem, sim, macular uma virtuosa operação de combate à corrupção – cujo acervo de provas de escândalos revelados, diga-se, segue intacto.

Combinação de ‘truque’ para testemunha é ponto delicado

Um dos pontos mais delicados para o ex-juiz federal Sérgio Moro e o procurador da República Deltan Dallagnol dos trechos de conversas entre eles que vazaram até aqui é, no entender de advogados e ministros do Supremo Tribunal Federal, um de 7 de dezembro de 2015 em que Moro indica uma testemunha que estaria disposta a falar sobre a transferência de imóveis para os filhos do ex-presidente Lula, dezenas deles. Diante de uma resposta de Deltan Dallagnol de que a testemunha não estaria disposta a depor, e da ideia do colaborador de que poderia fazer uma intimação baseada em denúncia apócrifa – que não houve, já que a “dica” veio do próprio juiz –, Sérgio Moro avaliza o truque. “Melhor formalizar, então.” Esta é a única situação em que fica evidente, no material até aqui conhecido, um conluio para tentar produzir um testemunho no caso que levou à condenação do petista, e, por isso, deve ser fulcral na discussão do pedido de suspeição do juiz, que a Segunda Turma do Supremo apreciará no próximo dia 25.

Caso envolvendo procuradores fortalece recondução de Dodge

A divulgação de conversas de procuradores da Lava Jato, a denúncia contra eles no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e a expectativa de que o conteúdo a ser ainda divulgado pelo site The Intercept Brasil pode atingir também o grupo do ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot ajudaram a fortalecer no círculo próximo a Bolsonaro a defesa da recondução de Raquel Dodge ao comando do Ministério Público. Se ela já contava com a simpatia de ministros do STF, como Dias Toffoli e Gilmar Mendes, e dos presidentes da Câmara e do Senado, agora se beneficia da percepção de que a ideia de promover alguém de um escalão inferior da carreira, com viés político ou ideológico ou muito identificado com a Lava Jato significaria expor a instituição ao risco de desgaste iminente. Mesmo entre os procuradores a resistência a Raquel Dodge, que é alta, arrefeceu um pouco diante da crise aberta com as mensagens.

O ESTADO DE S. PAULO

'Juiz não é chefe de força-tarefa', afirma Gilmar

Sem citar nomes, o ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes disse ontem que "juiz não pode ser chefe de força-tarefa", ao criticar métodos da Lava Jato. Segundo ele, o Supremo não é um tribunal "destinado a condenar, nesse modelo em que juiz chefia procurador". "Não é o caso desta Corte. Juiz não pode ser chefe de força-tarefa", afirmou Gilmar durante sessão da Segunda Turma.

No domingo, o site The Intercept Brasil publicou mensagens vazadas atribuídas ao então juiz Jato Sérgio Moro (hoje ministro) e a procuradores da Lava Jato. Questionado mais cedo sobre o caso, Gilmar disse que provas colhidas ilegalmente podem ser usadas. "Porque se amanhã alguém tiver sido alvo de uma condenação por assassinato e aí se descobriu por alguma prova ilegal que ele não é o autor do crime, se diz em geral que essa prova é válida."

Ao chegar para sessão da Primeira Turma do STF, o ministro Marco Aurélio Mello também comentou o episódio envolvendo Moro. "Coitado do juiz Moro. O presidente (Jair Bolsonaro) o colocou numa sabbatina permanente quando anunciou que houvera um acordo para ele deixar uma cadeira efetiva (*de juiz*) para vir para a Esplanada, colocando-o na vitrine. E aí, (*em*) quem está na vitrine, o estilingue funciona."

"Se admitiria um diálogo com os advogados da defesa? Não. Por melhor que seja o objetivo, não se pode admitir com o Ministério Público", disse o ministro Marco Aurélio.

12 JUN 2019

CNJ. O corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, arquivou pedido de providências formulado pelo PDT contra Moro. A sigla alegou que as mensagens "levantam dúvidas sobre a probidade da conduta do então julgador". Para Martins, porém, "a instauração de procedimento administrativo-disciplinar contra o magistrado já exonerado não teria nenhuma utilidade". /R.M.M.

SÔNIA RACY

Dura lex

Mesmo entre os parlamentares que habitualmente apoiam Moro, tem gente preocupada com o conteúdo das conversas divulgadas entre ele e Deltan Dallagnol. Há congressistas da Frente Parlamentar Mista Ética contra a Corrupção, por exemplo, que não estão do lado do ministro nesse episódio.

"Apoiamos o combate à corrupção e à Lava Jato mas sempre em respeito à lei. Quando um juiz ou promotor foge das regras, está contra a sociedade", explicou à coluna o deputado Luiz Flávio Gomes, integrante da frente.

Dura lex 2

Perguntado se o caso afeta a aprovação do pacote anticrime de Moro, Gomes disse que o projeto ainda não deixou a comissão de redação. "Acho que ele vai seguir tramitando normalmente."

Toffoli vai recolocar 2ª instância na pauta

Presidente do Supremo recebe pedido da OAB para 'imediate' discussão do tema

● 'Delicadíssima'

"Entendo que é mais do que necessário que o plenário do Supremo venha a julgar as ações declaratórias de constitucionalidade para que se defina em caráter definitivo essa questão delicadíssima."

Celso de Mello
MINISTRO DO STF

Rafael Moraes Moura
Vera Rosa | BRASÍLIA

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, vai marcar para o segundo semestre deste ano o julgamento sobre a possibilidade de prisão após condenação em segunda instância, um dos pilares da Operação Lava Jato. A discussão foi reaberta em um momento de enfraquecimento do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, que defende a execução antecipada de pena como forma de combater a corrupção e a impunidade. Novos fatos podem antecipar o calendário, mas a tendência é que o julgamento ocorra depois de outubro.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) pediu ontem a Toffoli a "imediate" inclusão do assunto na pauta do Tribunal, apelo reforçado pelo decano do STF, ministro Celso de Mello,

Em outro caso, discutido também ontem pela Segunda Turma do STF, o ministro Ricardo Lewandowski votou para derrubar prisões automáticas determinadas por acórdão do Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF-4) – que funciona como a segunda instância da Lava Jato. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por exemplo, já foi condenado pelo TRF-4 no caso no triplex do Guarujá (SP). A turma, no entanto, entendeu que a palavra final sobre essa questão será do plenário do STF.

Ao longo dos últimos anos, o Supremo firmou o entendimento favorável à execução antecipada de pena três vezes, mas ainda não analisou o mérito de três ações – da OAB, do Patriota e do PCdoB – que abordam o tema. "Entendo que é mais do que necessário que o plenário do STF venha a julgar as ações declaratórias de constitucionalidade para que se defina em caráter definitivo essa questão delicadíssima", disse Celso de Mello,

que, assim como Toffoli, é contra a possibilidade de prisão após segunda instância.

A execução antecipada de pena é criticada por parlamentares que entraram na mira da Lava Jato. O aumento da pressão dentro e fora do Supremo pelo julgamento das ações ocorre após o site The Intercept Brasil publicar o conteúdo vazado de supostas mensagens trocadas por Moro e o coordenador da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba, Delтан Dallagnol. As conversas mostrariam que Moro teria orientado investigações da Lava Jato em mensagens trocadas por meio do aplicativo Telegram.

Na manifestação enviada a Toffoli, a OAB aponta o "crescente e notório agravamento" das condições do sistema prisional brasileiro. "O julgamento da ação e, como se espera, a decisão de procedência (contra a prisão após condenação em segunda instância), além de garantirem a efetividade do princípio constitucional da presunção de inocência, permitirão minimizar o cenário de permanentes violações aos direitos individuais", escreveu o presidente da OAB, Felipe Santa Cruz.

Em abril, Toffoli retirou da pauta o julgamento das ações. Oficialmente, isso ocorreu após um pedido feito pela própria OAB, sob a alegação de que a nova diretoria da entidade, recém-empossada, precisava se "inteirar" do processo.

Na época, integrantes do STF avaliaram que o momento não era o melhor para a Corte julgar o assunto, já que havia um recurso de Lula contra sua condenação no caso do triplex no Superior Tribunal de Justiça (STJ), que funciona como uma "terceira instância". O STJ, no entanto, já manteve a condenação de Lula, o que pode afastar agora a "fulanização" da discussão, avaliaram integrantes do STF.

CONTINUA

12 JUN 2019

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Habeas corpus. O tema ressurgiu na pauta do Tribunal ontem, durante julgamento de um habeas corpus coletivo que contesta a prisão automática após a condenação em segunda instância. A discussão no caso é saber se o TRF-4 pode determinar a detenção automática de réus. O Supremo já firmou o entendimento a favor da possibilidade de prisão, mas não determinou que ela é obrigatória em todos os casos, observou o ministro Ricardo Lewandowski. “O TRF-4 adotou como regra a decretação automática do cumprimento antecipado da pena. O Judiciário ainda não delegou a computadores decretar a ordem de prisão, mas me parece que estamos caminhando a isso. Vão ter de botar beliches no nosso sistema prisional, para que os presos provisórios possam ter lugar.”

12 JUN 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Políticos do PP

viram réus por

'quadrilhão'

Segunda Turma do Supremo aceita denúncia
contra parlamentares por organização criminosa

Rafael Moraes Moura / BRASÍLIA

Por 3 a 2, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal aceitou a denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República contra o líder da Maioria na Câmara, Aguiinaldo Ribeiro (PB), os deputados Arthur Lira (AL) e Eduardo da Fonte (PE) e o senador Ciro Nogueira (PI), todos do PP. Os quatro foram colocados no banco dos réus pelo crime de organização criminosa, conforme denúncia apresentada pelo ex-procurador-geral Rodrigo Janot em setembro de 2017.

De acordo com a Procuradoria, os parlamentares participaram de um esquema de corrupção iniciado em 2006 e que se estendeu até 2015. A denúncia foi fundamentada nas delações do ex-deputado Pedro Corrêa (PP-PE), do doleiro Alberto Youssef e do ex-diretor da Petrobrás Paulo Roberto Costa.

Os parlamentares são acusados de participar de um esquema de "cometimento de uma miríade de delitos" e arrecadação de propina por meio da utilização de diversos órgãos da administração pública, como Petrobrás, Caixa Econômica Federal e Ministério das Cidades.

Para a Procuradoria, a organização criminosa teria sido concretamente estruturada após a eleição, em 2002, do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), condenado e preso na Operação Lava Jato.

Pesam contra os parlamentares diversas acusações. Arthur Lira é acusado de receber vantagens indevidas por meio de doações eleitorais oficiais, em um

total de R\$ 2,6 milhões. De acordo com a denúncia, Ciro Nogueira solicitou e recebeu da empreiteira UTC Engenharia um total de R\$ 1,875 milhão.

Contra Aguiinaldo Ribeiro a acusação foi a de "ordenar a captação e o repasse da propina" decorrente de contratos relacionados à Diretoria de Abastecimento da Petrobrás, em um esquema que também teria beneficiado Eduardo da Fonte.

Na sessão de ontem, os ministros Celso de Mello e Cármen Lúcia acompanharam o entendimento do relator da Lava Jato no STF, ministro Edson Fachin, a favor de colocar os parlamentares no banco dos réus. Os ministros Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski defenderam a rejeição da denúncia.

Defesas. O advogado Pierpaolo Bottini, defensor de Arthur Lira, disse que respeita a decisão, mas "reitera que os fatos imputados ao deputado já foram analisados antes e arquivados pelo mesmo tribunal, como destacado pelos ministros que votaram pelo arquivamento".

Aguiinaldo Ribeiro disse que vai recorrer porque, segundo ele, não há provas de cometimento de crimes. "Todos os votos, mesmo os que receberam a denúncia, reconheceram não haver provas."

"Agora teremos a oportunidade de esclarecer, detalhadamente, todos os fatos. Acredito na justiça e tenho certeza de que a verdade vai prevalecer", disse o deputado Eduardo da Fonte. Ciro Nogueira não respondeu até a conclusão desta edição.

12 JUN 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça decreta falência da Brasil Pharma

A Brasil Pharma teve sua falência decretada pelo Juiz Marcelo Sacramone, da 1.ª Vara de Falências de São Paulo, atendendo a pedido da própria empresa. O endividamento da rede era superior a R\$ 1 bilhão.

No documento apresentado pela companhia em fato relevante, o juiz afirma que “não é plausível manter a existência de uma empresa que já confessou não ter condições de perseguir seu objeto social”.

O juiz decretou a imediata alienação dos bens e das marcas. A alienação será publicada em edital em primeira chamada com desconto de 50% do valor de avaliação, em segunda chamada de 30% do valor de avalia-

ção e em terceira, com lances a partir de 10% desse valor.

A BR Pharma, que já foi controlada pelo BTG Pactual, chegou a ser a terceira maior empresa do varejo farmacêutico nacional, com as redes Farmais, Sant’Ana e Big Ben. A empresa estava em recuperação judicial desde janeiro de 2018.

Quando comunicou que pediria a própria falência, na semana passada, o grupo citou dificuldades para a venda da Farmais e o fato de arrecadar recursos abaixo do necessário para manter sua operação com alienação de ativos e mercadorias.

A Deloitte foi nomeada administrador judicial para arrecadar bens, documentos e livros, bem como avaliar os bens. Em 15 dias, o administrador judicial deverá apresentar os credores habilitados à massa falida, estando dispensados de habilitação os credores que já foram apresentados pela empresa.

Em virtude da decretação de falência da companhia, os negócios com as ações da Brasil Pharma foram suspensos pela B3./

CYNTHIA DECLOEDT

• Bancarrota
R\$ 1 bi

é o valor das dívidas não pagas

50%

será o desconto sobre o valor de avaliação das marcas

Desnecessária apresentação de laudo médico oficial para o reconhecimento da isenção do IR

O TRF da 1ª Região isentou servidora pública da Câmara dos Deputados, do pagamento de imposto de renda por ser ela portadora de visão monocular. Na decisão, o relator do feito na Corte se baseou em entendimento do STJ, segundo o qual é desnecessária a apresentação de laudo médico oficial para o reconhecimento da isenção do imposto de renda, desde que comprovada a existência da doença grave por outros meios.

Em primeira instância, o pedido foi negado ao argumento de inexistência de relação jurídico-tributária em relação ao imposto de renda sobre os rendimentos da autora desde a sua aposentação (26/01/12) até a decisão da junta médica da Câmara que afastou a incidência do imposto (jun/2014), bem como a repetição do indébito tributário (de R\$ 254.131,10).

A relatora do caso destacou que embora seja desnecessário o laudo oficial para comprovação da mo-

léstia grave, a autora requereu benefício fiscal em 2014 e a isenção só tem efeitos a partir do requerimento formulado à autoridade administrativa em 12/02/2014. Ocorre que, “Conforme os relatórios médicos oftalmológicos, a autora é portadora de visão monocular desde 2007. Tem, assim, direito à isenção do imposto de renda incidente sobre seus proventos desde a sua aposentadoria em 26/01/2012 até a efetiva decisão da Junta Médica (junho/2014), nos termos da Lei nº 7.713/1988”.

Ainda de acordo com o magistrado, “a Lei nº 7.713/88 não faz distinção entre cegueira binocular e monocular para efeito de isenção do imposto de renda, inferindo-se que a literalidade da norma leva à interpretação de que a isenção abrange o gênero patológico cegueira, não importando se compromete a visão dos dois olhos ou apenas de um”. (Autos nº 0000696-60.2017.4.01.3400)

STF julga no dia 25 recurso de ex-presidente

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), confirmou que a Segunda Turma da Corte deve julgar no dia 25 de junho um outro habeas corpus do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no qual o petista acusa o ex-juiz federal Sergio Moro de agir com parcialidade ao condená-lo no caso do triplex do Guarujá (SP) e depois assumir cargo no primeiro escalão do governo de Jair Bolsonaro.

Indagado se eventuais provas colhidas ilegalmente podem ser anuladas, o ministro respondeu: “Não necessariamente, porque se amanhã alguém tiver sido alvo de uma condenação, por exemplo, por assassinato

e aí se descobriu por alguma prova ilegal que ele não é o autor do crime, se diz em geral que essa prova é válida”.

A Segunda Turma do STF também decidiu ontem que caberá ao plenário do tribunal analisar um habeas corpus coletivo que contesta a prisão automática de réus após a condenação em 2ª instância, de acordo com súmula do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

12 JUN 2019

BEMPARANÁ

Reajuste

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ/PR) aprovou, na segunda-feira, por unanimidade, a proposta de reajuste de 4,94% para os servidores do órgão. Pela proposta, a reposição valeria também para servidores aposentados. O percentual se refere à reposição da inflação entre abril de 2018 e maio de 2019.

Pressão

O TJ deve encaminhar, agora, projeto sobre o reajuste à Assembleia Legislativa. A iniciativa coloca pressão nos deputados e no governo do Estado, já que os servidores do Executivo vão cobrar a extensão da reposição da data-base para a categoria. Até agora, o governo não deu uma resposta oficial sobre o reajuste ao funcionalismo.

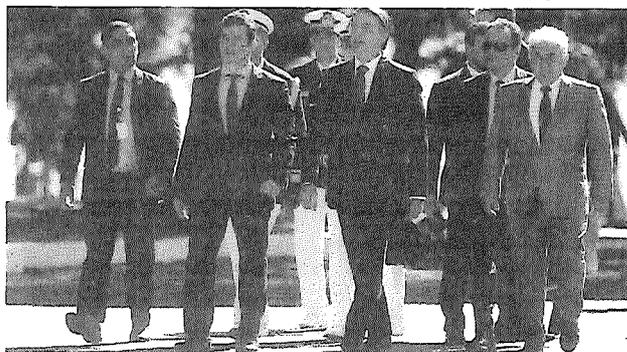
12 JUN 2019

BEMPARANÁ

Moro vai ao Congresso falar de conversas com Dallagnol

Ministro, que se reuniu ontem com Bolsonaro, depõe no Senado no dia 19

O ministro da Justiça, Sergio Moro, da Justiça, vai depor na Comissão de Constituição e Justiça do Senado no próximo dia 19, sobre o escândalo das mensagens reveladas pelo site The Intercept Brasil. Nelas, o ex-juiz aparece dando pistas, conselhos, indicando testemunhas e até antecipando decisões para procuradores da Operação Lava Jato, incluindo mensagens trocadas com o coordenador da força-tarefa em Curitiba, procurador Deltan Dallagnol. A data foi marcada depois de um acordo entre o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e os líderes da oposição. “Ele escreveu uma carta se colocando à disposição e nós aceitamos ouvi-lo na próxima



Antonio Cruz/Agência Brasil

Sergio Moro, ontem, com Bolsonaro: “confiança”

semana”, disse ontem o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Moro se encontrou ontem pela primeira vez com o presidente Jair Bolsonaro desde o vazamento das mensagens. A reunião foi classificada como “bastante tranquila”, segundo nota divulgada pelo ministério. O encontro

ocorreu na manhã de ontem, no Palácio da Alvorada. Apesar a reunião, o presidente não se pronunciou publicamente sobre o caso, chegando a interromper uma entrevista coletiva quando questionado sobre o assunto.

Segundo a nota da Pasta, o ministro fez “todas as ponderações ao presiden-

te, que entendeu as questões que envolvem o caso”. Na nota, o ministério menciona a situação como “invasão criminosa de celulares de juizes, procuradores e jornalistas”, e informa que Moro “rechaçou a divulgação de possíveis conversas privadas obtidas por meio ilegal”.

Confiança - Do encontro no Alvorada, Bolsonaro e Moro seguiram juntos, de lancha, para o Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília, que promoveu cerimônia de comemoração do 154º Aniversário da batalha naval do Riachuelo. Moro e Bolsonaro ficaram lado a lado. De acordo com interlocutores, a mensagem passada é de confiança do governo em relação ao ministro da Justiça.

‘Criminoso’ foi o hacker, alega ministro em almoço com senadores

Em uma tumultuada visita para um almoço com senadores fora de agenda, ontem, o ministro da Justiça, Sergio Moro se pronunciou sobre as mensagens reveladas pelo The Intercept Brasil. Segundo o senador Wellington Fagundes (PL-MT), anfitrião do encontro, Moro reafirmou que as conversas foram coletadas de maneira “ilegal” e que isso é “criminoso”. A presença do ex-juiz acabou provocando confusão nos corredores. Ao deixar o gabinete do bloco, ele teve dificuldades para se retirar e ouviu gritos de “juiz corrupto” e “qual é o seu partido, Moro?”.

12 JUN 2019

BEMPARANÁ

JONATAS PIKIEL

#A CONDUTA E O DIREITO PENAL

Mais um golpe na "operação lavajato"

A divulgação, tida como criminosa, de diálogos envolvendo o procurador Deltan Dallagnol e o ex-juiz federal Sérgio Moro durante a instrução dos processos da operação lavajato, pelo site "the intercept Brasil" pode provocar um estrago que não se tem, ainda, a sua real dimensão. Os incendiários de plantão e os bombeiros institucionais entram em cena para "por mais lenha na fogueira" e os outros tentarem apagar o fogo. O certo é que os fatos deverão ser apurados pelos órgãos institucionais e podem produzir resultados inesperados.

Embora o procurador e o ex-juiz não neguem as conversas e tentem minimizá-las, de outro lado os interessados usam os fatos para desconstituir a operação e, quem sabe, obter a nulidade parcial ou total das condenações já proferidas. De outro lado, a Polícia Federal procura a fonte do material revelado e de que forma o mesmo foi obtido. Concluindo-se que este é mais um episódio trágico da vida institucional do país, cuja sociedade já amarga momentos econômicos e sociais difíceis, enquanto na "república" tudo é "twitter", "instagram", "whatsapp", "live" e "facebook".

O que se quer oportunizar com mais este episódio grotesco da vida nacional é mesmo a "liberdade de Lula", e por consequência diminuir o peso das condenações e aliviar os processos ainda em curso, em nome do direito ao contraditório e à ampla defesa, regras de um "estado democrático de direito". De certa forma, dentro do respeito à liberdade de pensamento, todos têm razão e agem dentro deste entendimento. Independentemente da forma, que se contesta como contrária à normalidade processual e garantia legal, o conteúdo revelado causa perplexidade para alguns e normalidade para outros. Depende de que lado o analista esteja.

Porém, o que se observa que o Brasil é maior e suas instituições mais fortes do que se possa imaginar. Porque diante de tanta discussão jurídica e política, o país sobrevive aos caos econômico sem que se tenha desenhado um ponto no fundo do túnel para a recuperação econômica e o restabelecimento das estruturas de produção que possam gerar empregos e renda. Como se vê, as instituições ainda estão em pé e a sociedade sobrevive apesar dos governantes e de seus representantes.

*O autor é advogado na área criminal. (jonataspi Kiel@terra.com.br)

12 JUN 2019

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Senador apresenta requerimento para fazer com que Moro e Dallagnol vão ao Senado

O senador Angelo Coronel (PSD-BA) apresentou nesta segunda-feira (10) dois requerimentos para que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ouça o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, e o procurador federal Deltan Dallagnol sobre a “suposta e indevida coordenação de esforços” na Operação Lava-Jato. O senador informou, ainda, que iniciará a coleta de assinaturas para a criação de uma CPI.

O pedido vem após a divulgação, no último domingo (9), de conversas dos dois por aplicativo de mensagens, em reportagem da agência de notícias The Intercept. Para Coronel, os envolvidos, por razões pessoais ou desconhecidas, parecem combinar entre si o andamento da Operação Lava-Jato, estratégias de abordagem de investigados e melhor momento para o desencadeamento de fases.

De acordo com o senador, o teor da troca de mensagens indica desvirtuamento das funções do procurador. E indicam que o então juiz Moro extrapolou funções e desrespeitou deveres da magistratura. Moro, atual ministro da Justiça e da Segurança Pública, foi o juiz responsável por julgar réus que foram

alvo da operação, como o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que está preso.

— É preciso apurar a parcialidade, porque houve essa junção do acusador com o julgador. O juiz tem que ficar distante da acusação, tem que ficar ali naquela redoma esperando os fatos para julgar dentro do espírito da lei e o que aconteceu desvirtuou esse julgamento — disse o senador, que classificou como “conspiração” o teor das conversas.

Angelo Coronel informou que pretende conversar com a presidente da CCJ, senadora Simone Tebet (MDB-MS), para que os requerimentos entrem na pauta da próxima reunião da comissão, marcada para quarta-feira (12), às 10 horas. A coleta de assinaturas para a CPI deve começar ainda nesta segunda-feira (10). Além disso, ele enviará ofício ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para que sejam apurados os fatos.

Caso sejam comprovadas as denúncias, disse Coronel, Sergio Moro talvez não possua condições políticas e técnicas para se manter à frente do ministério e deveria pedir o próprio afastamento. A comprovação, na opinião do senador também “colocaria em dúvida toda a lisura da

mais importante operação de combate a corrupção já feita neste país”.

Os requerimentos apresentados por Coronel são para a convocação de Moro (por ser ministro) e de convite a Dallagnol.

Apoio à CPI

Pelo Twitter, o senador Fabiano Contarato (Rede-ES) disse apoiar a análise criteriosa das informações e o convite para que os envolvidos venham ao Senado. Já o PDT, também pelo Twitter, anunciou que apoiará a criação de uma CPI para apurar os fatos.

12 JUN 2019

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Eventual ida de Moro para STF fica enfraquecida, diz Marco Aurélio

O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse ontem que o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, se encontra “enfraquecido” para ser indicado a uma cadeira na Corte, após reportagem do site The Intercept Brasil sobre diálogos que ele teria mantido com procuradores da Lava Jato em Curitiba quando era juiz.

Para Marco Aurélio, o episódio “não robustece o perfil

dele nessa caminhada, ao contrário, fragiliza o perfil”. O ministro acrescentou que também prejudica Moro ele ter sido colocado “numa sabatina permanente”.

“Ele ficará sendo acuado esse tempo todo, até 1º de novembro de 2020 quando o ministro Celso de Mello se aposenta compulsoriamente. Fica desgastado em termos de nome para o Supremo, sem dúvida alguma”, acrescentou Marco Aurélio.

Sobre as mensagens pu-

blicadas pelo The Intercept, Marco Aurélio disse não ter dúvida de que houve algo que “discrepa da organicidade do Judiciário”.

“O juiz dialoga com as partes no processo, com absoluta publicidade, com absoluta transparência. Se admitiria um diálogo com os advogados de defesa? Não. Também não se pode admitir, por melhor que seja o objetivo, não se pode admitir com o Ministério Público”, disse o ministro do STF.

Judiciário lança painel de combate a notícias falsas

Um grupo formado por entidades ligadas à área da Justiça, associações e representantes da imprensa foi instalado ontem para atuar na checagem de informações e combate a notícias falsas, as chamadas fake news. O Painel Multissetorial de Checagem de Informações e Combate a Notícias Falsas tem entre parceiros o Supremo Tribunal Federal e o Conselho Nacional de Justiça.

Em um primeiro momento,

a checagem será feita sobre posts e notícias a respeito de atos do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. A intenção é futuramente estender a verificação a outros tribunais e instituições.

As notícias serão checadas pelos jornalistas dos sites Aos Fatos, Boatos.Org, Conjur, Jota, Migalhas e UOL-Confere. Outros portais, como o Jusbrasil e Jus Navigandi, também vão participar.

12 JUN 2019

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

FÁBIO CAMPANA

Pandemônio

Virou um pandemônio. Há implicações políticas, jurídicas e policiais no vazamento de conversas entre integrantes da força-tarefa da Lava Jato e o ex-juiz e hoje ministro da Justiça, Sérgio Moro. E o pior caminho para tentar analisá-las é o das paixões: de um lado a direita apaixonada pela Lava Jato, de outro o petismo cego.

A primeira passa pano para evidências concretas, nas conversas veiculadas pelo site The Intercept Brasil, de que as relações entre Moro e os procuradores da Lava Jato, sobretudo Deltan Dallagnol, ultrapassaram os limites da Constituição e do Código de Ética da Magistratura. A legião petista ignora que as conversas foram extraídas de forma ilegal, tudo o que sempre criticou (muitas vezes, sem razão) na Operação Lava Jato.

Setores de inteligência do governo tratam com desconfiança o furto e a divulgação de conversas, em aplicativo de mensagens, entre o então juiz e hoje ministro Sérgio Moro (Justiça) com procuradores da Lava Jato. Por dever de ofício, “arapongas” sempre acham que nada é o que parece. E recorrem à velha pergunta “a quem o crime beneficia?” para lançar suspeita contra quem tenta atrapalhar a reforma da Previdência. Desconfiados analistas de inteligência acham até que um procurador contra reforma pode ter vazado as mensagens para gerar crise política.

Ficou para o pleno do STF

Após o voto de Ricardo Lewandowski em favor da nulidade de prisões em segunda instância determinadas de forma automática pelo TRF-4, os ministros da Segunda Turma resolveram levar a questão para julgamento no plenário do Supremo Tribunal Federal, com os 11 ministros. A discussão foi retomada hoje na Segunda Turma, que tem 5 ministros: além de Lewandowski, Gilmar Mendes, Celso de Mello, Cármen Lúcia e Edson Fachin.

Equilíbrio na turma

Os dois últimos já haviam votado contra a concessão do HC, que busca anular a súmula do TRF-4 que determina a prisão automática de condenados em segunda instância, o que inclui Lula e outros réus da Lava Jato. Na sessão da Segunda Turma, os outros quatro ministros defenderam a discussão do caso no plenário. Lewandowski votou no sentido de que cada prisão, mesmo decorrente de condenação em segunda instância, deve ser fundamentada com base na situação específica do réu.

12 JUN 2019

JORNAL DO ÔNIBUS

O ônus de estar em evidência

O mais recente episódio político do País, detonado pelo site The Intercept, mostrou ao ex-juiz Sérgio Moro o preço de estar em evidência em um país como o Brasil. O ministro do STF, Marco Aurélio Mello, observou com propriedade que “o estilingue sempre procura a vidraça”. O atual ministro da Justiça, por suas posições, antes e

depois das eleições, virou o alvo preferencial da oposição, mais até do que o presidente Jair Bolsonaro.

Moro ganhou o apoio popular justamente pela sua atuação na Operação Lava Jato. Independentemente da legalidade de seus contatos com o procurador Deltan Dallagnol, o ex-magistrado conserva a sua populari-

dade intacta.

O próprio Bolsonaro revelou sua disposição de mandar Moro para o STF para prevenir-se de um possível concorrente forte nas próximas eleições presidenciais, em 2022. A oposição sabe disso e centra o fogo em tentar tirar da cadeia suas lideranças, sem partir para um confronto direto com o juiz. ●

Bolsonaro silencia sobre mensagens e condecora Moro

Após se reunirem pela primeira vez desde que o ministro Sergio Moro teve mensagens vazadas, ele e o presidente Jair Bolsonaro (PSL) mantiveram silêncio ontem. Os dois conversaram por cerca de 20 minutos no Palácio da Alvorada e de lá partiram num barco para cerimônia da Marinha, onde o ex-juiz foi condecorado pelo presidente. A conversa entre eles não estava prevista inicialmente nas agendas públicas.

Bolsonaro vem mantendo distanciamento sobre o vazamento de uma troca de mensagens entre

Moro e procurador da República Deltan Dallagnol, quando ambos atuavam na Operação Lava Jato. O conteúdo, divulgado no domingo (9) pelo site The Intercept Brasil, mostra uma troca de colaborações entre eles. O presidente mantém silêncio enquanto seus filhos e alguns de seus ministros falam em “ação orquestrada” contra Moro e ataque à Lava Jato.

O ministro permaneceu ao lado de Bolsonaro durante quase uma hora, enquanto participavam da comemoração aos 154 anos da batalha do Riachuelo. ●

12 JUN 2019

JORNAL DO ÔNIBUS

Habeas corpus de Lula será julgado em plenário



Os recursos movidos pela defesa no ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) começam a andar no Supremo Tribunal Federal, apenas um dia depois de The Intercept Brasil revelar as conversas entre o então juiz Sergio Moro e integrantes da força tarefa da Operação Lava Jato. Nesta segunda-feira, o ministro Gilmar Mendes liberou para o julgamento da Segunda Turma da mais alta corte do país o pedido de habeas corpus feito pela defesa de Lula. O pedido foi incluído na pauta do Supremo desta terça-feira, 11 de junho. Até agora, dois ministros votaram contra a concessão da liberdade. Informações do El País.

O pedido questiona a atuação de Felix Fischer, relator da Operação Lava Jato no Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao decidir sozinho sobre um pedido da defesa do petista, que depois teve sua condenação confirmada e reduzida pela corte. O processo no Supremo começou a ser julgado no plenário virtual, mas Gilmar pediu julgamento no plenário presencial.

Além disso, Gilmar também vai liberar para a votação, possivelmente no dia 25 de junho, o pedido de suspeição de Sérgio Moro feito pela defesa de Lula, segundo publicou o jornal O Globo. O petista entrou com esse recurso ainda no ano passado, depois que o então juiz Moro foi indicado por Jair Bolsonaro para ser seu ministro da Justiça. ■

12 JUN 2019

TRIBUNADO PARANÁ

EXPLICAÇÕES

Moro vai ao Senado na próxima semana pra esclarecer sobre as mensagens divulgadas pelo site The Intercept

Kelli Kadanus
Gazeta do Povo

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, vai à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, no próximo dia 19, prestar esclarecimentos sobre as mensagens divulgadas no último fim de semana pelo site The Intercept. A informação foi confirmada ontem pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), no Twitter.

Moro esteve no Senado ontem à tarde. A visita não estava na agenda oficial do ministro. Segundo Alcolumbre, o próprio ministro se dispôs a comparecer na CCJ para prestar esclarecimentos.

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB) sugeriu uma audiência pública e a presidente da CCJ, senadora Simone Tebet (MDB-MS), agendou a oitiva de Moro para a próxima quarta-feira, dia 19 de junho, às 9h.

“Manifestamos nossa confiança no ministro Sergio Moro, certos de que esta será uma oportunidade para que ele demonstre a sua lisura e correção como juiz federal, refutando as críticas e ilações

a respeito de sua conduta à frente da Operação Lava Jato”, disse Bezerra em um ofício encaminhado a Alcolumbre.

O ministro deve ser indagado sobre as notícias divulgadas pelo site The Intercept no último domingo. O site publicou uma série de supostas mensagens entre o coordenador da Lava Jato no Ministério Público Federal (MPF) de Curitiba, Deltan Dallagnol e demais membros da força-tarefa. Há mensagens em que Dallagnol tratava de detalhes das investigações com o então juiz do caso, Sergio Moro.

Reunião com Bolsonaro

Até agora, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) tem buscado não trazer a polêmica envolvendo Moro para dentro do Palácio do Planalto. Na manhã de ontem, o presidente se reuniu com o ministro para tratar do assunto no Planalto. Em seguida, os dois foram à Cerimônia de Comemoração do 154º Aniversário da Batalha Naval do Riachuelo. O ministro da Justiça foi condecorado pelo presidente no evento, com a Medalha do Mérito Naval.

CPI do vazamento

Ontem, os deputados federais Filipe Barros (PSL-PR) e Carlos Jordy (PSL-RJ) apresentaram um requerimento para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar “a interceptação e violação de sigilo de dispositivos celulares dos membros do Ministério Público Federal participantes da Operação Lava Jato; ministro da Justiça, Sergio Moro e demais autoridades”.

A Polícia Federal também investiga a suposta ação de hackers que invadiram os celulares dos membros da Lava Jato.